



A Ditadura Militar, o fim da TV Excelsior e a recomendação da Comissão Nacional da Verdade

The Military Dictatorship, the end of Excelsior TV and the recommendation of the National Truth Commission

La Dictadura Militar, el fin de la TV Excelsior y la recomendación de la Comisión Nacional de la Verdad

Rodolfo Bonventti - Universidade Anhembi Morumbi | São Paulo | São Paulo | Brasil | rbonventti@gmail.com |  <https://orcid.org/0000-0003-2045-3448>.

Dimas Künsch - Faculdade Cásper Líbero | São Paulo | São Paulo | Brasil | dimas.kunsch@gmail.com |  <https://orcid.org/0000-0001-5621-898X>.

Resumo: O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, inclui entre as vítimas da perseguição militar, nos anos da ditadura implantada no Brasil em 1964, as empresas do Grupo Simonsen, em especial a Panair do Brasil e a TV Excelsior, que foram fechadas pelos donos do poder, respectivamente, em 1965 e 1970. De natureza descritivo-interpretativa, e à luz do método da compreensão, o presente ensaio quer ajudar a romper o véu do esquecimento que encobre a história da TV Excelsior, primeira emissora industrial de televisão brasileira. Pretende, assim, ao mesmo tempo, contribuir para um reexame da história da televisão no Brasil em seus 70 anos de existência (1950-2020). E, também, por fim, num momento político como o que atravessa o País, em que forças políticas favoráveis ao regime de exceção implantado em 1964 pretendem fazer crer que os críticos estão enganados, afirmar a importância da defesa do estado democrático de direito e da luta contra toda forma de tirania.

Palavras-chave: Comunicação. História da Comunicação. TV Excelsior. Ditadura Militar. Comissão Nacional da Verdade.

Abstract: The Final Report of the National Truth Commission, published in 2014, includes among the victims of military persecution in the years of the dictatorship implanted in Brazil in 1964 the companies of the Simonsen Group, in particular Panair do Brasil and Excelsior TV, which were closed by holders of power, respectively, in 1965 and 1970. Of descriptive-interpretative nature, and in the light of the method of comprehension, this essay aims to help break the veil of forgetfulness that covers the history of Excelsior TV, the first Brazilian industrial television broadcaster. It intends, at the same time, to contribute to a review of the history of television in Brazil in its 70 years of existence (1950-2020). And also, finally, in a political moment like the one that the country is going through, when political forces favorable to the exception regime implemented in 1964 intend to make us believe that the critics are mistaken, this essay affirms the importance of defending the democratic rule of law and the struggle against all forms of tyranny.



Keywords: Communication. History of Communication. Excelsior TV Military Dictatorship. National Truth Commission.

Resumen: El Informe Final de la Comisión Nacional de la Verdad, publicado en 2014, incluye entre las víctimas de la persecución militar en los años de la dictadura implantada en el Brasil en 1964 las empresas del Grupo Simonsen, en especial la Panair del Brasil y la TV Excelsior, que fueron cerradas por los dueños del poder, respectivamente, en 1965 y 1970. De naturaleza descriptiva-interpretativa, y a la luz del método de la comprensión, el presente ensayo quiere ayudar a romper el velo del olvido que encubre la historia de la TV Excelsior, primera emisora industrial de televisión brasileña. Pretende, así, al mismo tiempo, contribuir para un reexamen de la historia de la televisión en el Brasil en sus 70 años de existencia (1950-2020). Y también, por fin, en un momento político como el que atraviesa el País, en que fuerzas políticas favorables al régimen de excepción implantado en 1964 pretenden hacer creer que los críticos están engañados, afirmar la importancia de la defensa del estado democrático de derecho y de la lucha contra toda forma de tiranía.

Palabras clave: Comunicación, Historia de la Comunicación, Dictadura Militar, Comisión Nacional de la Verdad.



Alguns empresários não compactuaram com a conspiração e o golpe, defenderam a Constituição e foram perseguidos e punidos pelo regime ditatorial, o que deve ser assinalado sob pena de incorreremos em uma generalização equivocada.

Comissão Nacional da Verdade

Foi tudo arte da política. Pura política.

Manoel Carlos

Autor de novelas e produtor de TV

1 Introdução

Em seus primeiros dez anos de vida, a TV brasileira foi marcada, como é do conhecimento dos estudiosos do tema, pela precariedade e o improvisado. Beira o folclore a crônica de sua estreia, em abril, e sua inauguração em setembro de 1950, o ano da fundação da TV Tupi pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand, dono do que foi o primeiro império brasileiro de Comunicação, os Diários e Emissoras Associados (MORAIS, 1994). Pode também servir como exemplo o caso da segunda emissora a ser implantada na cidade de São Paulo, depois da TV Tupi, e primeira a não pertencer aos Diários Associados, a TV Paulista Canal 5. Criada pelo deputado federal Oswaldo Ortiz Monteiro, funcionava em um pequeno apartamento de um edifício localizado na Rua da Consolação, região central da cidade, e seus estúdios foram montados em parte numa garagem e em parte no lugar reservado para uma loja no térreo do mesmo edifício¹. Além disso, como lembra Sérgio Mattos (1990, p. 49), as primeiras emissoras “tiveram de submeter-se à influência do rádio, valendo-se da sua estrutura, formato de programação, técnicos e artistas”.

¹ Criada em 1952, dois anos após a pioneira TV Tupi, a TV Paulista seria depois transferida para um espaço maior, na Rua das Palmeiras, onde funcionava quando, em março de 1966, foi adquirida por Roberto Marinho, que ali fundou o núcleo de jornalismo da TV Globo São Paulo. Além da programação de entretenimento e telejornalismo, a emissora exibiu mais de uma dúzia de telenovelas entre o ano de sua instalação e o de sua venda. Nomes importantes da TV Brasileira passaram por ali, como o de Hebe Camargo. Sílvio Santos iniciou na emissora a sua carreira de apresentador.



Já a década seguinte, dos anos 1960, presencia a ascensão da televisão sobre o rádio em escala nacional. A TV se torna cada vez mais popular, conquistando o mercado publicitário e as casas dos brasileiros de todas as faixas etárias e econômicas.

Nesse contexto, a TV Excelsior, Canal 9 de São Paulo, se apresenta como um exemplo do que existiu de mais avançado em matéria de TV no Brasil no período. A emissora entrou no ar em 9 de julho de 1960, por meio de uma concessão a um grupo de empresários liderados por Mário Wallace Simonsen, dono também de empresas como a Companhia Paulista de Comércio do Café (Comal), maior exportadora brasileira de café, e a companhia aérea Panair do Brasil, que era na época a maior e mais importante empresa aérea nacional, a única brasileira a voar com regularidade para países da América do Sul e capitais europeias, como Lisboa, Paris e Roma, além de ser concessionária exclusiva de rotas para a África. A Panair tinha em 1965, quando foi destruída pela Ditadura, algo ao redor de cinco mil funcionários.

Escrito a quatro mãos, este texto examina o contexto político do Brasil de então, para falar das retaliações políticas à emissora e ao Grupo Simonsen após o Golpe Militar de 1964, que levaram à aniquilação da ideia de o Brasil possuir uma televisão industrial desde o início dos anos 1960. Fazendo-o, os autores participam a seu modo, como pesquisadores, e de forma conscientemente ensaística, do esforço de produção, promoção e conservação de uma memória – a da televisão brasileira – ativa e militante, que nos preserve o direito a ocuparmos um lugar crítico no espaço da história que nos é dado viver, um lugar e uma percepção da história esses que compreendam, abracem, integrem também o seu lado sombrio, feio, como sugere Hannah Arendt (2008). Parte desse processo complexo e infindável de compreensão, “que nunca gera resultados inequívocos” (ARENDR, 2008, p. 330) – e que, também por isso, dialoga melhor com uma metodologia interpretativo-compreensiva de análise frente a outras possibilidades, de viés lógico-explicativo –, a compreensão não representa



nunca um ato de capitulação frente à injustiça e à opressão, porque cobra de todo cidadão uma resposta política como resultado da consciência de fazer parte de um mundo “onde tais coisas são possíveis” (ARENDR, 2008, p. 331) e no qual o mal pode ter existência “banal” (ARENDR, 1999).

Este texto foi gerado a partir de uma pesquisa de doutorado sobre o tema, a cargo de seu primeiro autor (BONVENTTI, 2019) e orientada pelo segundo. Em mais de um momento teríamos que remeter os interessados à tese original, o que vez ou outra fazemos, explicitamente. Metodologicamente, tanto a descrição quanto a interpretação se fazem presentes, tendo como background a tese mencionada e em sintonia com as fontes consultadas. Ao eleger o ensaio como forma de expressão, e sob a luz de um pensamento que denominamos compreensivo (KÜNSCH, 2009), tornamos manifestas tanto a nossa aposta nas virtualidades do texto ensaístico quanto, em igual medida, a consciência de seus limites – que não é o caso de aqui apontar. Uma postura intelectual que nos parece clara na escolha do ensaio, no contexto de uma mirada compreensiva, é a renúncia deliberada a buscar uma verdade pretensamente final sobre o objeto de pesquisa, que, por mais resplandecente que possa ser em suas formulações teóricas, não consegue esconder o reducionismo que a condiciona e a traição às ideias de complexidade do mundo e de comunidade e solidariedade nas pesquisas. Queremos, mesmo sob o risco de errar, pensar a pesquisa científica em termos de dialogia, com o apreço que se deve a princípios que o método da compreensão abraça, quais sejam o da incerteza e o da complementaridade dos opostos (KLAUTAU, 2018). A perspectiva maior que se persegue é a de um conhecimento pertinente, como sugerem Carlos Alberto de Carvalho e Leandro Lage (2012), em “Pela adoção da perspectiva da pertinência em pesquisas comunicacionais”, texto apresentado ao grupo de trabalho “Epistemologia da Comunicação” da Compós.

Quatro são as partes em que dividimos esta nossa contribuição ao estudo da TV Excelsior no contexto da Ditadura Militar que dominou a vida



nacional durante vinte longos anos da história recente do país. A primeira delas trata do pioneirismo da TV Excelsior. A segunda a situa politicamente na esteira do movimento contra a Ditadura. A terceira mostra a ação eficaz do regime de exceção no desmonte da emissora, enquanto a quarta, sob o nosso entendimento, corrobora, com as conclusões da Comissão Nacional da Verdade, o argumento por nós empregado da orquestração de uma ação política da Ditadura endereçada ao destroçamento da primeira emissora industrial de TV do Brasil. Se é certo que a memória é produção (BOSI, 1994), não é menos certo que essa produção de sentidos, no amplo universo da cultura, tanto pode contribuir para legitimar e sedimentar determinadas formações de sentidos, confortáveis ao poder e à ordem, quanto para transformá-las (CANCLINI, 1983).

2 Pioneirismo da TV Excelsior

Tendo entrado no ar depois de Tupi (1950), Paulista (1952), Record (1953) e TV Rio (1955), a TV Excelsior seria a precursora da ideia da televisão industrial no Brasil, seguindo um modelo copiado dos Estados Unidos. Única empresa da família Simonsen na área de Comunicação, como aponta o pesquisador Álvaro Busetto (2007), a Excelsior não disputava em poder e importância com Assis Chateaubriand e os seus Diários e Emissoras Associados, nem com a rádio e TV Record de Paulo Machado de Carvalho. Mas isso não impediu o seu crescimento e o êxito que alcançou, “em razão dos amplos investimentos aplicados na emissora, em grande medida oriundos de outros negócios de Simonsen, e do estabelecimento de uma programação arrojada e inovadora” (BUSERO, 2007, p. 3). O caso da TV Excelsior, tanto quanto o das emissoras que a precederam e de outras que viriam depois dela, muito particularmente, pelo seu gigantismo, o da TV Globo (inaugurada em 1965), torna visível o modelo comercial e familiar que dominaria a TV brasileira desde os primórdios de sua implantação.



O êxito a que se refere Busetto (2007) se deixa revelar em mais de um sentido, e esse conjunto de conquistas dá a mais esquecida emissora brasileira de TV, desde que foi destruída pelos militares nos primeiros anos de implantação da Ditadura, um pioneirismo que as outras emissoras historicamente não possuem, porque por direito pertence à TV Excelsior. Entre as inovações trazidas pela emissora da família Simonsen está a da preocupação em cumprir os horários da grade de programação, criando normas para a veiculação de propagandas, com comerciais que duravam de 30 a, no máximo, 60 segundos. Foi também o Canal 9 o primeiro a estabelecer uma programação horizontal, ou seja, a manter atrações fixas todos os dias da semana nos mesmos horários, criando o hábito de uma grade que apresentava uma telenovela, um telejornal, outra telenovela e uma linha de shows a cada dia. Antes de cada atração no horário nobre havia uma contagem regressiva de segundos, o que garantia e implantava o conceito de programas que entravam no ar no horário previsto e anunciado.

A Excelsior também trabalhava com a implantação de uma programação vertical, aquela que apresenta uma atração após a outra com foco no público a ser atingido e o objetivo de prender a atenção do telespectador o dia inteiro. No contexto da época, começa envolvendo a dona de casa e as crianças, depois a dona de casa e os jovens, e vai terminar atingindo o público adulto em geral. É também a Excelsior a primeira a pensar em uma rede nacional, como expressa Álvaro de Moya (2004, p. 194), que foi diretor de arte da emissora, quando diz que, “na cabeça dos dirigentes da TV Excelsior, a rede só tinha razão de ser se transmitisse a mesma programação para todo o País ao mesmo tempo, exatamente como as emissoras americanas já faziam”. Até então, a noção que se tinha era que o envio de fitas com programas para ser encaixadas nas programações das emissoras afiliadas em dias diferentes dos exibidos em São Paulo já poderia caracterizar a ideia de uma rede nacional de televisão.



Os investimentos em marketing também diferenciam a nova emissora. A dupla de mascotinhos Ritinha e Paulinho, como parte da estratégia, aparece em todas as vinhetas da programação, fazendo lembrar o indiozinho da Tupi e o tigre da Record e ganhando mais que os demais a simpatia da audiência. A emissora promove uma publicidade maciça em outdoors pela cidade de São Paulo e em anúncios em jornais e revistas da época a cada nova contratação de artistas ou em estreias de atrações. O slogan “Eu também estou no 9” marcou a história da Excelsior, que em seu curto tempo de vida parecia despontar como a de maior sucesso e com um futuro promissor entre as emissoras de então. Ao pagar salários maiores do que as concorrentes, a emissora cria uma equipe de vanguarda na televisão. “A TV Excelsior promoveu a valorização de quem atuava na TV e a disputa pelos melhores profissionais. Trouxe contribuições importantes não só para ela, mas também para a história da TV”, escreve José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni (OLIVEIRA SOBRINHO, 2011, p. 32).

No campo especialmente promissor da teledramaturgia, a emissora lança a primeira telenovela diária da televisão brasileira, “2-5499 Ocupado”, em julho de 1963, com Glória Menezes e Tarcísio Meira nos papéis centrais. O advento do videoteipe amplia as possibilidades da produção, com ganhos em tempo e em qualidade. Ismael Fernandes (1982, p. 35) considera que “talvez a direção da TV Excelsior não tivesse a ideia da dimensão que aquele novo produto ia tomar, mas estava no ar, a partir daquela data, a maior produção de arte popular da nossa televisão”. Objeto de distintas leituras, como a de Marques de Melo (2010, p. 65), para quem “a telenovela diária funciona como fonte de alimentação das necessidades escapistas do cidadão urbano”, o novo produto marcaria como nenhum outro os setenta anos da televisão nacional. A TV Excelsior entra no cotidiano dos brasileiros com mais força a partir do lançamento de sua primeira telenovela diária, o mesmo que “acontece com a TV Globo, principalmente a partir de 1967, com a chegada da dupla Walter Clark-Boni na direção” (BONVENTTI, 2019).



3 Oposição ao projeto militar

A transmissão de uma programação genuinamente nacional e ao vivo foi uma bandeira da Excelsior já desde o tempo de sua primeira diretoria, constituída em 1960, quando da inauguração da emissora. O nacionalismo que desde o início marcou a programação e a postura da emissora e de seu principal acionista, Mário Wallace Simonsen, “condizia com a linha política de um nacional-desenvolvimentismo que se discutia no país naquele momento, o início dos anos 1960”, na interpretação de Álvaro de Moya (2004, p. 191).

Simonsen se compõe politicamente com João Goulart a partir da renúncia de Jânio Quadros em outubro de 1961, colocando suas empresas à disposição de Jango. Como lembra Thomas Skidmore (1979, p. 259): “João Goulart era o herdeiro político de Getúlio e líder de um grande partido, o que mais rapidamente crescia: o PTB. Na verdade, representava a única personalidade de estatura nacional que aquele partido podia apresentar”. Sem uma regulamentação específica sobre a propaganda política na televisão, nas eleições diretas para governador e para membros do Congresso Nacional, em 1962, a televisão foi, pela primeira vez, um cabo eleitoral importante e empresários, como Simonsen, aproveitam a oportunidade para apoiar os políticos, os amigos e a ideologia que mais se adequassem aos seus interesses, configurando um capítulo de uma novela que sempre rendeu altos dividendos ao principal modelo televisivo nacional.

A política toma de assalto a televisão e demarca terreno, colocando as emissoras em lados opostos, e nesse jogo de posições a TV Excelsior sente um gosto de vitória quando, em 1963, o governo federal defende que a televisão deve ser usada pelo Poder Público para esclarecer a população acerca do plebiscito que deve decidir entre a manutenção do parlamentarismo ou o restabelecimento do presidencialismo. Ou quando sai o Decreto n. 52.286, de 23 de julho de 1963, que estabelece que todas as



estações de rádio e televisão transmitam diariamente pelo menos 12 horas de programação ao vivo.

Com a deposição de João Goulart pelos militares, a TV Excelsior entra em um período difícil, e a ordem interna é não aceitar a vitória dos militares, mesmo que isso custasse represálias financeiras por parte dos novos donos do poder. Exemplo dessa resistência é que os telejornais da emissora, no dia seguinte ao Golpe Militar, 1º de abril de 1964, não fazem qualquer menção ao movimento e aos acontecimentos que culminaram na queda do governo João Goulart.

Assim, a emissora se coloca abertamente contra o Golpe Militar e passa a sofrer represálias políticas e econômicas. Entre outros mecanismos destinados a afogar as empresas, o controle que a Ditadura exerce sobre os bancos impede que eles emprestem dinheiro para a TV Excelsior ou para o Grupo Simonsen. Dessa forma, o Governo consegue em boa parte contribuir para a desestabilização financeira da emissora. "As televisões sempre faliram deixando os seus donos muito ricos, só a TV Excelsior que não, pois na Excelsior foi cassado o homem, quem foi empobrecido foi o Mário Simonsen. Foi tudo arte da política! Pura política!", considera o hoje autor de novelas e na época produtor da Excelsior, Manoel Carlos, em depoimento concedido para a Funarte Rio, em 1982, e recolhido por Alcir Henrique da Costa (1986, p. 153).

Segundo Moya (2004), numa análise que possui certamente o viés engajado de quem viu e sentiu os efeitos da pressão militar a partir de dentro, "o que segurou a estação no ar nesse momento e durante toda a crise no restante da década foi o espírito de união que existia entre os funcionários. Os profissionais se esforçavam ao máximo para que o trabalho continuasse, e o esforço deu resultado" (MOYA, 2004, p. 235).

4 Golpes certos



O primeiro importante revés do Grupo Simonsen acontece no final de abril de 1964, quando uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Café cassa a autorização de funcionamento da Comal, sem levar em conta acordos assinados entre a companhia e autoridades monetárias. De acordo com Saulo Ramos (2007, p. 330): “a guerra contra o empresário foi aberta devido à capacidade de sua exportadora de café concorrer lá fora com as empresas norte-americanas que, até então, dominavam o mercado de comercialização de grãos”. Ainda de acordo com o ex-advogado de Simonsen e da TV Excelsior, jurista amigo de Jânio Quadros:

[...] a Comal tinha uma participação enorme na distribuição das exportações de café brasileiro. Esse quase monopólio incomodava os norte-americanos, cujos interesses eram representados no Brasil por políticos influentes, ligados aos militares que haviam tomado o poder (RAMOS, 2007, p. 332).

O segundo golpe, talvez ainda mais certo nos negócios da família Simonsen, vem em fevereiro de 1965, quando o Ministério da Aeronáutica determina a cassação imediata das linhas aéreas da Panair do Brasil. Não se tem notícia sobre problemas econômicos no caixa da companhia aérea, citada em todos os veículos de comunicação como economicamente viável e financeiramente saudável, o que inicialmente não justifica a devassa feita por parte do governo militar na companhia. Aliás, o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), de que trataremos em seguida, lança mão desse argumento como base para as suas conclusões. Para Daniel Leb Sasaki (2005, p. 67): “o fechamento da Panair fez parte do plano maior de desmontar o poder econômico do grupo Rocha Miranda-Simonsen. Os inimigos aproveitaram o momento político e resolveram atacar em todas as frentes”.

A Panair do Brasil havia assumido um papel importante na viabilização de um novo modelo de televisão para o Brasil dentro do conceito que Simonsen e os diretores da emissora trazem quando da inauguração da



Excelsior. Na perspectiva da criação de uma rede nacional de TV, “os aviões da Panair servem como o meio pelo qual os videoteipes com os programas ou capítulos de novelas seriam embarcados e distribuídos para diversas capitais ou importantes cidades do interior do país” (BONVENTTI, 2019, p. 198). A partir de 1965, a emissora destina suas forças para a produção de telenovelas e apresenta poucas novidades em outras áreas, não só em função da censura, mas, principalmente, pela falta de recursos financeiros, entre outras razões importantes pelo fato de o Governo Federal retirar qualquer tipo de propaganda institucional veiculada na emissora e também por não haver mais aportes financeiros do grupo Simonsen, que passa por um processo de esfacelamento.

Em 13 de março de 1965, a imprensa brasileira anuncia em manchetes o sequestro de 30 empresas do Grupo Simonsen. A Excelsior tenta driblar a censura incitando o debate em seus programas de fim de noite sobre o momento político que o Brasil atravessa, e o resultado é que censores e militares passam a circular cada vez mais pelos bastidores da emissora em São Paulo, enquanto, no Rio de Janeiro, o governador Carlos Lacerda praticamente intervém na programação da emissora carioca. Segundo Busetto (2007, p. 57), “com tais medidas, sofria a Excelsior, cujas finanças e funcionamento pleno eram feridos de morte, e deixava de usufruir o telespectador de inovações qualitativas no setor de produção televisiva promovidas pela Excelsior, e quem ganhava era a ditadura militar”.

Quando os militares tomam o poder, em 1964, o Brasil tem cerca de dois milhões de aparelhos de TV instalados nas residências. Como informa Jambeiro (2002, p. 81), “a recém instalada indústria de eletroeletrônicos, associada a políticas de incentivos a ela concedidas pelo governo, faz aquele número crescer rapidamente: em 1969 havia quatro milhões e, um ano depois, cinco milhões de aparelhos”. No final dos anos 1960, 52% da distribuição da verba publicitária já se concentrava na televisão. Em um movimento que começa com a TV Excelsior a partir de 1960 e que também



vai ter a colaboração da TV Record e da TV Rio a partir de 1965/1966, a TV Globo encontraria, após a sua inauguração em 1965, um mercado em expansão, com o alargamento expressivo do público telespectador, tanto social quanto geograficamente. Ortiz (1988, p. 128) lembra que “em termos percentuais, em 1960, apenas 4,6% dos domicílios contavam com ao menos um aparelho televisor. A partir de 1970 essa porcentagem sobe para 22,8%”.

O Golpe Militar de 1964 afetou de forma dramática os meios de comunicação de massa, com ou sem o consentimento deles, porque não só o sistema político foi alterado, mas também todo o cenário econômico e social do país. A proposta dos militares assentava sobre a ideia de um crescimento econômico voltado para o desenvolvimento nacional, em busca de uma rápida industrialização, ficando liberada a entrada de capital externo e de tecnologia importada. Mattos (1990, p. 79) define bem esse momento para os veículos de comunicação de massa e para a televisão de forma especial: “O Estado passou a ter à sua disposição, além do controle legal, todas as condições para influenciar os meios de comunicação através das pressões econômicas”. A televisão passa a ser vista pelo governo como um serviço de interesse nacional, e sua exploração comercial é permitida sob a condição de atender ao objetivo militar de fortalecimento da moral e dos bons costumes. Jambeiro (2002, p. 82) sublinha que, “para conseguir isso, os programadores de rádio e TV deveriam evitar filmes, canções, shows ou quaisquer programas que pudessem estar em oposição aos valores morais e ideológicos dos militares”.

É nesse contexto que a “a Globo, filha obediente, sobreviveu ao golpe e prosperou”, como interpreta Laurindo Leal Filho (2006, p. 136). “Curvava-se às restrições oficiais e ia além, fazendo a própria censura. Já a TV Excelsior, rebelde, nacionalista, fazendo um jornalismo independente e crítico, sucumbiu”. No caso ainda da Globo, para além do namoro historicamente reconhecido e confessado com os militares, também há de se reconhecer que o seu sucesso, como escreve Esther Hamburger (1988,



p. 455), “também se deve à montagem de uma estrutura organizacional vertical e centralizada com a adoção de métodos de planejamento e gerenciamento profissionalizados” – um terreno em que o pioneirismo da Excelsior é aceito de forma praticamente unânime por pesquisadores da área.

No final de 1969, vivendo seus derradeiros momentos, a programação da emissora inicia às 11h30 e termina por volta de 23h30. Ao contrário daquela Excelsior que nove anos antes imprimiu qualidade e horários rígidos na sua programação, agora o certo mesmo era o horário das novelas e do telejornal, enquanto o restante ia sendo produzido e apresentado conforme as condições da emissora permitissem. A cassação, com a sua retirada do ar, acontece em 1º de outubro de 1970, durante a apresentação do programa humorístico “Adélia e suas Trapalhadas”, exatamente às 18h30, quando um funcionário do antigo Dentel, o Departamento Nacional de Telecomunicações, sequestra o cristal de transmissão, “mas somente catorze dias depois, em 15 de outubro de 1970, é decretada a falência fraudulenta da Televisão Excelsior S.A.” (MOYA, 2004, p. 293). A pressão de todos os lados foi mais forte que a televisão de Mário Wallace Simonsen, e ela teve de capitular. Mas entraria para a história dos meios de comunicação de massa no Brasil como aquele veículo que mais incomodou e desafiou os militares no início de um período ditatorial que levaria ainda uns bons 15 anos para conhecer o seu ocaso, após o fechamento da Excelsior.

5 Comissão da Verdade confirma

Constituída em 2011, no governo da presidente Dilma Rousseff, e composta por sete conselheiros nomeados pessoalmente pela presidente entre figuras públicas reconhecidas e idôneas e mais catorze assessores, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) tinha como objetivo principal investigar violações de direitos humanos ocorridas no País entre setembro



de 1946 e outubro de 1988. Apesar de a atribuição da CNV abranger fatos de violação de direitos humanos e políticos ocorridos em um período de tempo mais largo, a partir de 1946, já na apresentação do volume I do Relatório dessa Comissão se ressalta que especial atenção foi dedicada ao regime ditatorial militar implantado em 1964. A Comissão é instalada oficialmente em 16 de maio de 2012 e se divide em três subcomissões, ouvindo vítimas, testemunhas e agentes da repressão que prestam depoimentos, tanto na forma de audiências públicas como em sessões de apresentação dos relatórios preliminares de pesquisa. A Comissão também realiza diligências em unidades militares, acompanhada de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos.

A CNV entrega seu Relatório Final em 10 de dezembro de 2014, com conclusões sobre a prática de detenções ilegais e arbitrárias, torturas e torturadores, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres, mencionando também o que os seus integrantes consideram exemplos de ganância financeira e de empresários ambiciosos, que fizeram mal para o País e para outras empresas ou empresários, sendo essas práticas caracterizadas pela Comissão como crimes contra a humanidade. O Relatório é a síntese de 30 meses de trabalho que contou com o apoio de movimentos sociais e de organizações de direitos humanos, tendo como objetivo principal garantir o direito à memória e à verdade histórica, além de promover a reconciliação nacional. Nele a CNV formula 29 recomendações ao Estado brasileiro, no sentido de se promover justiça em relação aos crimes praticados no período, bem como reparar simbólica, financeira e psicologicamente as vítimas e seus parentes, além de reformar suas instituições, aperfeiçoando a democracia e visando a não-repetição das violações.

O Relatório é publicado em três volumes que somam mais de quatro mil páginas. O primeiro volume relata os trabalhos da Comissão, os resultados e as conclusões das investigações sobre a prática de graves violações aos direitos humanos. No segundo estão textos temáticos da CNV



que abordam a violência a grupos específicos, como os povos indígenas, trabalhadores da cidade e do campo, militares e a instituições como a Igreja Católica e as universidades. O volume apresenta ainda uma completa análise do apoio de setores civis, como o empresariado, à Ditadura e à repressão e, por fim, as formas de resistência que setores civis encontraram para enfrentá-las, bem como as perseguições que sofreram. É nele que as empresas do Grupo Simonsen, em especial a Panair do Brasil e a TV Excelsior, aparecem. O terceiro volume se dedica ao esclarecimento das circunstâncias do assassinato de 434 pessoas reconhecidas como desaparecidas e mortas no período ditatorial. Nele é registrada parte da história de cada uma das vítimas, o que é uma forma de o Estado, mesmo que de modo póstumo, reconhecer e, minimamente, restituir-lhes a dignidade.

O fechamento da companhia aérea Panair do Brasil e a dissolução das empresas do Grupo Simonsen estão contemplados no Volume II do documento, no item que trata da relação da sociedade civil com o regime militar. O encerramento arbitrário das atividades da Panair foi tema de uma audiência pública, realizada em 23 de março de 2013, e a conclusão da Comissão é que a empresa foi liquidada por motivos políticos e não financeiros, e que esse processo contou com a participação de agentes da União e do Serviço Nacional de Informações (SNI), claramente beneficiando seus concorrentes.

Um trecho em particular imputa ao Estado a responsabilidade pelo fechamento da emissora e todas as empresas do Grupo Simonsen. Nele se fala do “estrangulamento econômico” que sofreram Mário Wallace Simonsen e seu sócio Celso da Rocha Mirando, “mediante bem-urdidos Atos de Estado”, e do “fechamento da TV Excelsior, pioneira no país na implantação da televisão industrial e a cores e que contava com técnicos e elenco de primeira grandeza no mercado nacional”. Um papel predominante nas pressões políticas sofridas pela TV Excelsior foi exercido, segundo a Comissão, “por parte do governador do estado da Guanabara, Carlos



Lacerda, um dos patrocinadores do golpe civil-militar, que buscava, sem êxito, o apoio da rede à sua futura candidatura” (BRASIL, 2014, p. 326).

6 Considerações finais

Muitos anos depois da queda do império da família Simonsen e da cassação da TV Excelsior Canal 9, o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade se transforma no único documento comprobatório da responsabilidade do Estado brasileiro na derrocada das empresas da família Simonsen e de outras empresas nos anos 1960/1970. Como a CNV constatou nas entrevistas e pesquisas que realizou, a perseguição pessoal e política do governo militar ao principal acionista da emissora é inquestionável e se transformou no principal entrave para que a TV Excelsior pudesse ter uma vida mais longa e tranquila, sem ter de fechar as portas nas condições em que isso ocorreu.

Nos 70 anos da TV brasileira, entendemos ser necessário e urgente reconstruir a memória da TV Excelsior e lhe dar o seu merecido lugar na linha do tempo que demarca os estudos da televisão brasileira e da indústria da comunicação no País. O documento final da Comissão Nacional da Verdade pode ser um ponto de partida interessante na busca de reconciliação do Poder Público com a sociedade e com a extinta emissora. Seria uma boa ocasião para que as novas gerações pudessem entender melhor o que aconteceu no Brasil depois de 1964 nas nossas comunicações, sem lacunas, sem releituras pró-ditadura e repressão, sem a produção de esquecimentos.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo (ensaios). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.



ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BONVENTTI, Rodolfo Carlos. **TV Excelsior**: Do pioneirismo ao confronto com a ditadura militar e o esquecimento. 2019. 290 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade – Volume 2. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

BUSETTO, Áureo. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p. 177-196, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882007000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jul. 2020.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO, Carlos Alberto; LAGE, Leandro. Pela adoção da perspectiva da pertinência em pesquisas comunicacionais. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 21., 2012, Juiz de Fora, MG. **Anais [...]**. Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1879.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

COSTA, Alcir Henrique da. **Um país no ar**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERNANDES, Ismael. **Memória da telenovela brasileira**. São Paulo: Proposta Editorial, 1982.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: Edufba, 2002.



KLAUTAU, Carolina. **Jornalismo, incerteza e complementaridade de opostos**: um diálogo compreensivo. 2018. 261 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/CAROLINA-MOURA-KLAUTAU-DE-ARAU%CC%81JO-FIGUEIREDO.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

KÜNSCH, Dimas A. Aquém, em e além do conceito: comunicação, epistemologia e compreensão. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 18., 2009, Belo Horizonte, MG. **Anais [...]**. Belo Horizonte, MG: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1109.pdf. Acesso em: 26 abr. 2020.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **A TV sob controle**: a resposta da sociedade ao poder da televisão. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

MATTOS, Sérgio. **Um perfil da TV brasileira**: 40 anos de história: 1950-1990. Salvador: A Tarde, 1990.

MELO, José Marques de. **Televisão brasileira**: 50 anos de ousadia, astúcia, inovação. São Paulo: Cátedra Unesco/Umesp de Comunicação, 2010.

MORAIS, Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOYA, Álvaro de. **Gloria in Excelsior**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio de. **O livro do Boni**. São Paulo: Casa da Palavra, 2011.

ORTIZ, Ricardo. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RAMOS, Saulo. **Código da vida**. São Paulo: Editora Planeta, 2007.

SASAKI, Daniel Leb. **Pouso forçado**. São Paulo: Editora Record, 2005.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.